

INCLUSÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE EM ÂMBITO ESCOLAR

Fernanda Pereira Molina¹

Tatiane Miranda Molina²

Loiva Mara de Oliveira Machado³

Resumo:

O presente trabalho objetiva uma reflexão sobre a inclusão social de pessoas com deficiência física e cognitiva dentro do contexto escolar. A inclusão é o processo em que se deve conviver com as diferenças e particularidades de cada indivíduo sem nenhum tipo de preconceito, com o objetivo de garantir o direito ao acesso de todas as pessoas nos espaços de convivência da vida social. De acordo com o Art. 2º da Resolução nº. 2/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, "os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos". No entanto, no Brasil a realidade das escolas e a inclusão de alunos com deficiência física ou cognitiva não se firmou de forma efetiva, pois, de acordo com Tessaro (2007), os próprios professores e alunos destacam que a falta de infraestrutura das escolas, a discriminação social e a falta de preparo profissional são fatores que dificultam o processo de inclusão. Deste modo, os profissionais da educação acabam esbarrando com situações em que não estão preparados para enfrentar. Assim, é preciso rever as barreiras nas políticas públicas de educação, as práticas pedagógicas, o processo de aprendizagem e avaliação, além de trazer maiores possibilidades dos recursos educacionais, observando questões particulares de cada indivíduo. O marco histórico a inserção do direito à inclusão na educação deu-se em 1994 com a Declaração de Salamanca (Espanha) que foi assinada por 92 países. Esta Declaração destaca como princípio fundamental, o "dever das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras" (BRASIL, 1997, p. 17). De acordo com Paulo Freire (1996, p. 131) "a educação é uma forma de intervenção no mundo", portanto, o propósito da inclusão na educação se constitui como um anseio dos/as estudantes e familiares e um direito a ser conquistado. Os processos de inserção e inclusão de pessoas com deficiência devem estar presente na execução da política de educação, capaz de formar estudantes enquanto cidadãos e cidadãs, dando-lhe a possibilidade de conhecer e interagir com a diversidade.

Palavras-chave: educação, inclusão, processo, reflexão.

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

INCLUSÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE EM ÂMBITO ESCOLAR

¹ Aluno de graduação. nandapmolina@gmail.com. Autor principal

² Aluno de Graduação. tatymolinatm@gmail.com. Co-autor

³ Docente. loivadeoliveira@yahoo.com.br. Orientador

INCLUSÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE EM ÂMBITO ESCOLAR

Resumo: O presente trabalho objetiva uma reflexão sobre a inclusão social de pessoas com deficiência física e cognitiva dentro do contexto escolar. A inclusão é o processo em que se deve conviver com as diferenças e particularidades de cada indivíduo sem nenhum tipo de preconceito, com o objetivo de garantir o direito ao acesso de todas as pessoas nos espaços de convivência da vida social. De acordo com o Art. 2º da Resolução nº. 2/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos”. No entanto, no Brasil a realidade das escolas e a inclusão de alunos com deficiência física ou cognitiva não se firmou de forma efetiva, pois, de acordo com Tessaro (2007), os próprios professores e alunos destacam que a falta de infraestrutura das escolas, a discriminação social e a falta de preparo profissional são fatores que dificultam o processo de inclusão. Deste modo, os profissionais da educação acabam esbarrando com situações em que não estão preparados para enfrentar. Assim, é preciso rever as barreiras nas políticas públicas de educação, as práticas pedagógicas, o processo de aprendizagem e avaliação, além de trazer maiores possibilidades dos recursos educacionais, observando questões particulares de cada indivíduo. O marco histórico a inserção do direito à inclusão na educação deu-se em 1994 com a Declaração de Salamanca (Espanha) que foi assinada por 92 países. Esta Declaração destaca como princípio fundamental, o "dever das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras" (BRASIL, 1997, p. 17). De acordo com Paulo Freire (1996, p. 131) “a educação é uma forma de intervenção no mundo”, portanto, o propósito da inclusão na educação se constitui como um anseio dos/as estudantes e familiares e um direito a ser conquistado. Os processos de inserção e inclusão de pessoas com deficiência devem estar presente na execução da política de educação, capaz de formar estudantes enquanto cidadãos e cidadãs, dando-lhe a possibilidade de conhecer e interagir com a diversidade.

Palavras-chave: educação, inclusão, processo, reflexão.

Referências:

BRASIL. Ministério da Ação Social. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1997.

FREIRE, Paulo. (1996). **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>, acesso em 13 de setembro de 2018.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão Escolar**: Concepções de Professores e Alunos da Educação Regular e Especial. Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, 2007. Disponível em: <<http://www.abrapee.psc.br/artigo20.htm>>, acesso em: 16/09/2018.